

Diz-me quanto ganhas, dir-te-ei quem és...

RES-PUBLICA

Revista Lusófona
de Ciência Política
e Relações Internacionais
2005, 1, 255-261

Luís Bensaja dei Schirò
Universidade Lusófona de Humanidades
e Tecnologias

*Sim, é mais fácil um camelo passar pelo
fundo de uma agulha, do que um rico
entrar no reino de Deus.*

Palavras de Jesus Cristo, segundo Lucas, 18, 24-25

Se é verdade o que dizem os entendidos nestas matérias, que o maior dom que recebemos foi a inteligência, o raciocínio, a capacidade de nos movimentarmos no labirinto das operações abstractas, e seria isso que nos distinguiria dos nossos primos animais (ditos irracionais), é igualmente verdade que esse dom maravilhoso pode assumir, e tem assumido ao longo da História, sempre em nome de boas causas e do bem comum, aspectos extremamente perversos: justificou-se com argumentos irrefutáveis, com lógica cartesiana (em boa verdade demasiadas vezes com a ajuda da força para melhor convencer...) a Inquisição, a escravatura, a prostituição, a tortura, o genocídio, o *lager* e o *gulag*, transformando com um toque de varinha mágica assassinos em heróis e heróis em malfeitores.

Com esta visão desencantada e realista, não tenho a menor das dúvidas de que quaisquer argumentos que sejam utilizados pelos mais débeis ou que simplesmente belisquem os benefícios dos mais privilegiados, encontrarão sempre no seu caminho o *bulldozer* das razões e explicações contrárias mais convincentes e engenhosas, repetidas até à saciedade pelos sacerdotes de uma política que defende o sistema económico-social vigente, de que aliás eles são os principais beneficiários. Portanto nada de ilusões ! O mundo não vai ser mudado nestes tempos mais próximos e os pobres e os explorados continuarão a ser cada

vez mais pobres e mais desprotegidos para que os ricos e os exploradores possam ser cada vez mais ricos e usufruam cada vez de maiores benesses. Estas afirmações não são da minha lavra, caso em que não teriam qualquer relevância, mas fazem parte de análises sucessivamente apresentadas por instâncias credíveis como a ONU, a UNESCO, a FAO, etc., o que evidencia, sem margem para dúvidas, o total fracasso do actual modelo neoliberal de gestão e os paradigmas cativantes mas falaciosos em que se baseia. Acerca deste assunto, que devia preocupar mais a Eurolândia, empurrando-a de forma criativa e inovadora para o reforço das suas débeis estruturas sociais e de solidariedade ¹, em detrimento do macaquear das concepções individualistas americanas dominadas pelo *business* e pela desumanização das relações de trabalho, escrevia aqui há tempos Sarsfield Cabral, que pode ser acusado de tudo menos de exageros esquerdizantes: *A persistência da miséria no meio de uma enorme e crescente riqueza põe em causa a própria ciência económica e aconselha humildade aos economistas* ².

Pois é, tal como já alguém dizia há quase dois séculos, as análises estão todas feitas, agora o que há a fazer é mudar – digo eu: antes que seja tarde ! Veja-se – exemplo tirado quase à sorte de entre os muitos que poderiam ser chamados à colação – a questão da remuneração (dita) mínima do trabalho por conta de outrem. Estamos, obviamente, a falar

do problema fulcral da distribuição do rendimento produzido pelo trabalho de todos os Portugueses, nas diversas esferas e níveis da sua actividade produtiva. Em Portugal, com grande relutância e muita resistência de economistas, de empregadores, de pensadores de ideologia liberal, enfim de todos aqueles que incensam diariamente a esse verdadeiro Moloc que é o deus Mercado – primeira pessoa da trindade constituída pelos deuses Marketing e Competição (o deus Globalização, porventura o mais terrível, vem a caminho para ser entronizado...) – conseguiu-se dar expressão legal (DL 217/74 de 27 de Maio) ao conceito de *ordenado mínimo*, que foi fixado em 1974 pelo governo conservador Spínola-Palma Carlos em 3.300 tímidos escudos.

Está ainda totalmente por fazer a história política e sociológica do nosso ordenado mínimo, mas já é possível tirar a ilação de que começou mal. Primeiro, porque em clima de hesitações e de tenteios pós-revolucionários (recupero uma observação arguta feita na altura por Eduardo Lourenço), num país há longo tempo marcado pelo miserabilismo das retribuições praticadas, ciosamente tutelado pela brutalidade da polícia política do anterior regime, o ordenado mínimo deveria ter sido concebido (também) para servir de indicador, de unidade-padrão, de unidade-locomotiva dos ordenados mais acanhados. O que, de facto, aconteceu, mas de uma forma perversa, isto é, não para romper com ousadia, imaginação e justiça a tradição da ditadura acabada de derrubar, mas para prosseguir a sua política de desvalorização do factor trabalho e de exploração dos mais desprotegidos, uma vez que a pequenez do seu montante se repercutiu de forma negativa no aumento das remunerações de volume superior, mas ainda demasiado próximas do mínimo então fixado, travando na prática a sua evolução.

É certo, e há que reconhecê-lo sem disfarces, que a situação política era melindrosa, a inflação tinha disparado (de 10,5 em 1973 para 27,9 em

1974), mas um governo menos enfeudado aos interesses da componente capital, como era o de Spínola-Palma Carlos, ter-se-ia por certo imposto a exigência de corrigir os desmandos do passado, indo um pouco mais além no plano da justiça social: afinal não tinha sido também para isso que se tinha feito o 25 de Abril? Tal não aconteceu e, sem querer usar palavras demasiado contundentes, há que assumir que a fixação *politicamente correcta* de um ordenado mínimo nacional começou, logo desde o início, a ser pouco mais do que uma fraude, como se poderá verificar pelos anexos inseridos no final ³, que têm em linha de conta a evolução do ordenado mínimo, a inflação e a respectiva variação. Por outro lado – anote-se – a moderação com a qual se pretendeu sossegar o patronato, habituado desde sempre a impor nas empresas a exploração que entendia melhor servir os seus interesses económicos, veio a revelar-se gratuita e ineficaz, como se poderá concluir pela análise do caso talvez mais clamoroso e paradigmático deste período, o da Standard Eléctrica, multinacional americana pertencente ao temível grupo ITT (o que esteve na base do golpe de Pinochet no Chile...), que não estando interessada em melhorar as terríveis condições de trabalho que impunha às suas trabalhadoras nem em lhes pagar o ordenado mínimo, acabou por fechar as portas e ir procurar em outras paragens condições de exploração mais favoráveis!

A segunda razão deve ser procurada na hipocrisia político-legislativa que desde logo envolveu a criação do ordenado mínimo nacional, o qual não queria dizer (sem *ses* e sem *mas*) o mínimo de retribuição que todo e qualquer cidadão português – com provas dadas de que possuía boca, estômago e intestinos – deveria receber em troca do seu trabalho por conta de outrem, pois a própria lei previa uma série de alçapões que permitiam os mais habilidosos estrategemas para pagar abaixo do

classificado como mínimo, por exemplo, dando aos empregadores a possibilidade de imporem categorias profissionais artificiais como a de aprendiz ou de estagiário ! Mas esta falta de ousadia e de clareza do legislador (que, sabe-se lá porquê, é uma constante da nossa pletórica legislação...) não foi o pior. O pior foi o momento histórico único que se desbaratou, foi a trágica incapacidade em compreender o fugaz tempo que se vivia, foi o não ter entendido a dupla função social – valor absoluto e valor relativo – do ordenado mínimo, transformando-o na unidade-padrão de base para a construção de um *ordenado máximo nacional*. Dito de outra maneira: supondo que uma ajuntadeira, um barbeiro ou um calceteiro ganhavam 1 ordenado mínimo e, continuando a supor, que um motorista, um mecânico ou um electricista auferiam 2 ou 3 ordenados mínimos, quantos é que deveriam receber os deputados, os autarcas e os políticos em geral, os militares, os magistrados, os apresentadores de televisão, os futebolistas e por aí fora até ao topo da hierarquia social e política ?

As tentativas, que as houve, mais bem intencionadas do que corajosas, feitas no sentido de interligar os dois extremos do leque salarial nacional, aproximando-os o mais razoavelmente possível e, sobretudo, colocando-os em estreita dependência, acabaram no entanto por naufragar sob a pressão daqueles que entendiam estar em posição de fugir a este constrangimento, que não aceitavam como sendo um imperativo ético: que nenhum Português ganhe 100 enquanto houver Portugueses a ganhar 1 ! Foram estes, com o subtil e quase imperceptível deslizar da nossa política pós 25 Abril para a direita, que venceram: democracia política (que é uma coisa excelente e até tem a vantagem de não custar dinheiro aos privilegiados !), toda, a máxima, com a total satisfação do nosso ego ao meter o votozinho na urna ! Democracia económica, pouca, cada vez mais condicionada e

vilipendiada, valorizando um grupo seleccionado de cidadãos. Se terá sido o desencanto pela incapacidade de uma esquerda desunida e palavrosa em resolver os problemas concretos da justiça social a dar força à direita e a conduzir o país ao descalabro social com que se comemoraram os 30 anos da chamada Revolução dos Cravos, é uma interrogação que fica em suspenso, sem resposta ! Mas uma coisa tenho como certa: no plano da justiça social, a actual democracia fascistófila (basta ver a política de destruição sistemática dos sistemas de saúde e de previdência e a legislação laboral produzida pelo ministério de Bagão Félix, que nem a ditadura do prof. Salazar teria tido a coragem de levar à prática !) tem que ser substituída por um regresso aos ideais de equidade da fase generosa e altruísta do 25 de Abril !

Há que quebrar, de uma vez por todas, o fatalismo da nossa injustiça social, a indiferença dos que vivendo à larga com o que em parte pertence aos outros, gerem a coisa pública em seu favor. Há que acabar com os 30% de famílias portuguesas que vivem com menos de 500 euros por mês (e também com os 26% que têm um rendimento entre os 500 e os 1.000 euros mensais) – que somam mais de metade das famílias portuguesas ! – a que na Inglaterra, por exemplo, corresponde uma faixa populacional de 5% e 2,5%, respectivamente ⁴ ! Não é um problema difícil de resolver é só um problema de tamanho e de repartição das fatias do bolo ! E uma das medidas a implementar, como ponto de partida para uma nova política ético-social, é o regresso ao conceito de ordenado máximo, que tem de estar de acordo com o país pobre, de cidadãos pobres e endividados que (dizem) que somos.

Não estou a inventar nada e, muito menos, uma novidade subversiva dissolvente da sociedade democrática portuguesa: basta ler o espírito e a letra das intenções que perpassam pela legislação da prodigiosa década de Setenta ⁵, quando ainda

Francisco Sá Carneiro, embora empenhado em conter os (segundo ele) excessos de uma via portuguesa para o socialismo, através de uma política liberal-reformista, não desdenhava utilizar conceitos como meios de produção, socialização, democratização do capital, intervenção do Estado, controlo dos preços e da publicidade dolosa, etc.⁶. Estas coisas estão hoje um pouco esquecidas, tragadas pelos oportunismos que entretanto se foram agigantando, mas continuo a pensar que não é possível – não é moral, não é aceitável, não tem explicação válida – num país que tem um ordenado mínimo de 365,60 euros (o mais baixo da Europa comunitária), continuar a pagar remunerações que atingem as dezenas (e até mesmo as centenas) de milhar de euros, quase sempre arredondados com bojudas regalias como carro (de luxo), cartões de crédito, subsídios vários, regalias sociais principescas, etc.. Seja quem for, tenha as competências, os predicados ou a inteligência que tiver – ou que se diga que tem ! A não ser que, em vez de boca, estômago e intestinos, tenha ovelheiro e ponha ovos de ouro !

É claro que economistas, políticos, empregadores, gestores, médicos, militares, plumitivos e mais uns tantos (a casta sacerdotal com os respectivos sacristães do deus Moloc) argumentarão com as mais catastróficas conclusões: seria o fim da democracia, da liberdade, do progresso, da livre concorrência, da economia de mercado, da própria sociedade, regressaríamos à caverna, fugiriam os crânios e os *pontapeantes*, etc., etc.. Mas a verdade continua a ser esta, dêem-lhe as voltas que quiserem: se uma substancial percentagem de portugueses tem - hoje - que viver com um único ordenado mínimo (cerca de 366 euros/73 contos, arredondados), os mais afortunados com dois, e os bafejados pela sorte com três ou quatro, e todos têm barriga, doenças, corpo para vestir, filhos para educar e não podem dormir

ao relento, porque é que uma casta voraz e sem escrúpulos, que começa nos políticos e acaba naqueles cidadãos que andam a correr para cima e para baixo atrás de um objecto redondo a que chamam bola, passando por algumas profissões liberais (médicos e advogados à cabeça) e pelos gestores (alguns verdadeiras nódoas gordurentas !), não podem viver, por exemplo, com 10 ordenados mínimos? Vá lá, sejamos mãos rotas, em casos excepcionais de benemerência ou de dedicação à causa pública, com 15, o que já dá qualquer coisa como um milhar e tal de contos por mês ! Até dá para perguntar: para que é que uma pessoa precisa de tanto dinheiro?

É óbvio que já estamos na outra margem. Estamos a falar de uma outra sociedade, onde as diferenças de qualidade de vida entre seres humanos, todos filhos do mesmo Deus segundo a Bíblia, todos cidadãos portugueses, sejam *drástica e obrigatoriamente* atenuadas e tuteladas pelo Estado (mas não é essa a sua função ?), onde o progresso social e económico de *todos* os cidadãos, sem excepções sempre fáceis de arranjar, progrida de forma harmónica – de baixo para cima - e não ao sabor da ganância (a que agora chamam competição) e do expediente, mais ou menos engenhoso: há que destruir sem hesitações uma sociedade em que o lucro a todo o custo sobreleva quaisquer outras considerações, a que outrora se chamavam éticas, gerando o *horror económico*, de que fala a ensaísta francesa Viviane Forrester.

É que, a ser verdadeira a denúncia sistematicamente feita pela vária comunicação social, o rol dos desmandos económicos das nossas governações é arrepiante⁷: existe um enorme défice ético (portanto democrático, na mais nobre acepção da palavra) na política praticada em Portugal, que se traduz na existência de um país rico dos políticos ao qual se contrapõe um país pobre dos cidadãos. Com a desculpa de que ganhariam mais dinheiro se

trabalhassem no sector privado (mas porque é que não vão e se acotovelam na caça aos cargos ?) – o que, já agora esclareça-se, constitui uma regra geral na Europa rica e até nos EUA – os políticos que nós continuamos a eleger, cada vez com menos entusiasmo e com mais abstenção, protagonizam alegremente (é claro !), impávidos e serenos, os

mais inexplicáveis e aberrantes atentados ao senso comum dos Portugueses que, por um lado, são constantemente bombardeados com a explicação de que não há dinheiro para pagar as horas extraordinárias feitas pelos médicos (ou pela Polícia ou pelos Bombeiros) nem para aumentar os escalões mais baixos do funcionalismo público e, por outro,

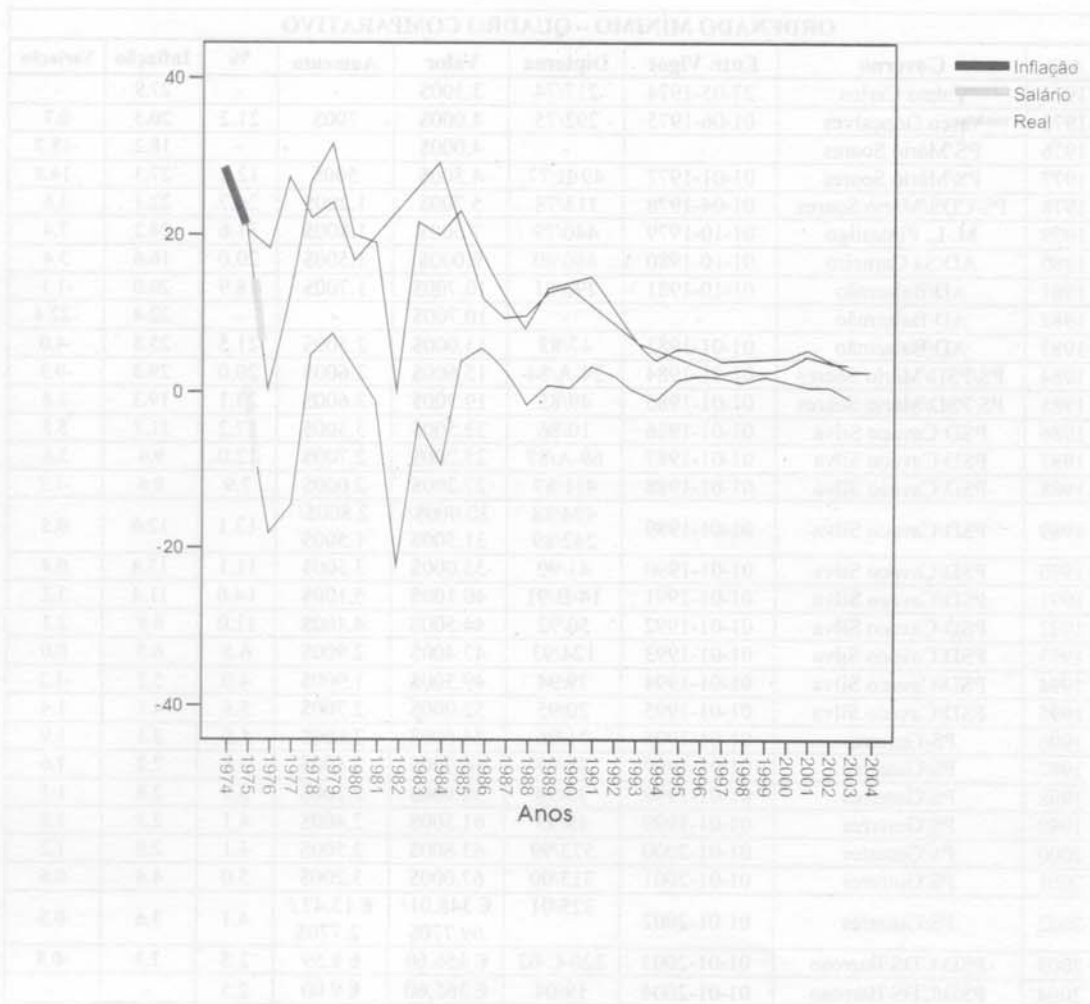
Anexo 1

ORDENADO MÍNIMO – QUADRO COMPARATIVO								
Ano	Governo	Entr. Vigor	Diploma	Valor	Aumento	%	Inflação	Varição
1974	Palma Carlos	27-05-1974	217/74	3.300\$	-	-	27.9	-
1975	Vasco Gonçalves	01-06-1975	292/75	4.000\$	700\$	21.2	20.5	0.7
1976	PS/Mário Soares	-	-	4.000\$	-	-	18.2	-18.2
1977	PS/Mário Soares	01-01-1977	49-B/77	4.500\$	500\$	12.5	27.3	-14.8
1978	PS/CDS/Mário Soares	01-04-1978	113/78	5.700\$	1.200\$	26.7	22.1	4.6
1979	M. L. Pintasilgo	01-10-1979	440/79	7.500\$	1.800\$	31.6	24.2	7.4
1980	AD/Sá Carneiro	01-10-1980	480/80	9.000\$	1.500\$	20.0	16.6	3.4
1981	AD/Balsemão	01-10-1981	296/81	10.700\$	1.700\$	18.9	20.0	-1.1
1982	AD/Balsemão	-	-	10.700\$	-	-	22.4	-22.4
1983	AD/Balsemão	01-01-1983	47/83	13.000\$	2.300\$	21.5	25.5	-4.0
1984	PS/PSD/Mário Soares	01-01-1984	24-A/84	15.600\$	2.600\$	20.0	29.3	-9.3
1985	PS/PSD/Mário Soares	01-01-1985	49/85	19.200\$	3.600\$	23.1	19.3	3.8
1986	PSD/Cavaco Silva	01-01-1986	10/86	22.500\$	3.300\$	17.2	11.7	5.5
1987	PSD/Cavaco Silva	01-01-1987	69-A/87	25.200\$	2.700\$	12.0	9.4	2.6
1988	PSD/Cavaco Silva	01-01-1988	411/87	27.200\$	2.000\$	7.9	9.6	-1.7
1989	PSD/Cavaco Silva	01-01-1989	494/88 242/89	30.000\$/ 31.500\$	2.800\$/ 1.500\$	13.1	12.6	0.5
1990	PSD/Cavaco Silva	01-01-1990	41/90	35.000\$	3.500\$	11.1	13.4	0.4
1991	PSD/Cavaco Silva	01-01-1991	14-B/91	40.100\$	5.100\$	14.6	11.4	3.2
1992	PSD/Cavaco Silva	01-01-1992	50/92	44.500\$	4.400\$	11.0	8.9	2.1
1993	PSD/Cavaco Silva	01-01-1993	124/93	47.400\$	2.900\$	6.5	6.5	0.0
1994	PSD/Cavaco Silva	01-01-1994	79/94	49.300\$	1.900\$	4.0	5.2	-1.2
1995	PSD/Cavaco Silva	01-01-1995	20/95	52.000\$	2.700\$	5.5	4.1	1.4
1996	PS/Guterres	01-01-1996	21/96	54.600\$	2.600\$	5.0	3.1	1.9
1997	PS/Guterres	01-01-1997	38/97	56.700\$	2.100\$	3.8	2.2	1.6
1998	PS/Guterres	01-01-1998	35/98	58.900\$	2.200\$	3.9	2.8	1.1
1999	PS/Guterres	01-01-1999	49/99	61.300\$	2.400\$	4.1	2.3	1.8
2000	PS/Guterres	01-01-2000	573/99	63.800\$	2.500\$	4.1	2.9	1.2
2001	PS/Guterres	01-01-2001	313/00	67.000\$	3.200\$	5.0	4.4	0.6
2002	PS/Guterres	01-01-2002	325/01	€ 348.01/ 69.770\$	€ 13.47 / 2.770\$	4.1	3.6	0.5
2003	PSD/CDS/Barroso	01-01-2003	320-C/02	€ 356.60	€ 8.59	2.5	3.3	-0.8
2004	PSD/CDS/Barroso	01-01-2004	19/04	€ 365.60	€ 9.00	2.5	-	-

acabam por ler na imprensa, entre o atónito e o incrédulo, que o nosso primeiro-ministro, os seus ministros e secretários de Estado auferem um salário mensal superior ao dos seus homólogos espanhóis – que governam um país com incomparavelmente mais e mais sérios problemas políticos do que os que nós temos, que possui uma economia muito mais desenvolvida e rica do que a nossa, que tem um

salário mínimo mais de vinte por cento superior ao nosso e um salário médio estimado em quase sessenta por cento mais do que o nosso. E, já agora, também os nossos deputados são melhor remunerados do que os espanhóis ! Dá para entender ? Ou há que, a par de um regresso à concepção do ordenado máximo, fazer também uma lei que impeça os insaciáveis políticos de se auto-aumentarem ?

Anexo 2



Tal como hoje já ninguém acredita no desenvolvimento a qualquer preço, embora haja quem ainda é obrigado a praticá-lo, e cada vez mais se exige nas instâncias internacionais um desenvolvimento que seja sustentável, isto é, não destruidor da Natureza, também ao nível da Sociedade dos Homens não é possível continuar a insistir no actual modelo concentracionário de desenvolvimento socioeconómico, organizado e praticado de cima para baixo, a qualquer preço humano, ao sabor da ganância, da acumulação e das contingências (tantas vezes artificiais) dos saldos a vermelho. Se no seio da União Europeia, é inaceitável uma Europa a duas velocidades, a dos países ricos e a dos países pobres, também não é aceitável um Portugal socioeconómico a duas velocidades, a dos que enriquecem continuamente e a dos que empobrecem irreversivelmente. Uma das maneiras de travar esta tendência imoral, que beneficia uma casta voraz que se locupleta com o que é dos outros, é estabelecer um equilíbrio entre um mínimo e um máximo de rendimentos individuais, fixando um em função do outro.

Talvez esta seja a melhor maneira dos beneficiários do ordenado máximo conseguirem entrar no Reino dos Céus !

Numa apreciação muito sumária deste anexo, pode ser notado que só comparecem duas variações positivas acima dos 5%, sendo a maior a do governo Pintasilgo com 7,4%, o que só comprova a sua conhecida preocupação, de católica verdadeira, com os mais desfavorecidos. As maiores perdas verificam-se em 1976, um ano muito difícil, de transição, e durante os três governos Balsemão, em que a variação nunca foi positiva, registando-se em 1982 a maior quebra, 22,4%. No seu conjunto, em 30 anos de democracia, pode-se concluir que a evolução do ordenado mínimo foi negativa, ou seja, as classes economicamente mais débeis perderam poder de compra, como pode ser verificado no Anexo 2.

Agradeço à minha amiga, Prof.^a Fátima Palma a colaboração preciosa que me deu na elaboração dos anexos.

Notas

¹ Penso que essa talvez seja a fórmula correcta capaz de diminuir o alheamento dos Europeus em relação às eleições a que são chamados a participar (61% de abstenção em Portugal mas 83% na Eslováquia), as quais em boa verdade pouco ou nada lhes dizem sob o ponto de vista social e económico. Até porque a criação da moeda única – que, dizem os políticos e os economistas, foi uma boa medida – para a grande maioria dos cidadãos comuns foi má, uma vez que na prática se traduziu num aumento generalizado (não compensado) dos preços.

² Público, 13 de Abril de 2004

³ Ver quadro comparativo (Anexo 1) e gráfico (Anexo 2).

⁴ A fonte destes dados é a European Social Survey, 2002 (que oportunamente uma equipa de sociólogos do ISCTE trabalhou). A qual nos diz também que 18% das famílias portuguesas (contra 1,2% na Inglaterra) vivem com um rendimento entre os 1.000 e os 1.500 euros e que 12% (1,1% na Inglaterra) têm entre 1.500 a 2.000 euros mês. O que quer, dizer em números muito grosseiros, que 30% das famílias portuguesas vive com menos de 1 ordenado mínimo e meio; 26%, com menos de 3; 18% com 4; e 12% com 5 e meio. Estes é que são os verdadeiros problemas, não a compra de submarinos inúteis (NATO *dixit*).

⁵ Basta dar uma olhadela, quase por curiosidade, a alguns Diários da República: 1975, DL 292/75, salário mínimo 4.000\$ e salário máximo nacional 48.900\$; 1977, DL 49-B/77, salário mínimo 4.500\$ e salário máximo mensal nacional 50.000\$, etc..

⁶ Para além das intervenções públicas, muito interessantes para ler hoje, cfr. Francisco Sá Carneiro, *Uma Constituição para os Anos 80 – Contributo para um Projecto de Revisão*, Lisboa, Dom Quixote, 1979.

⁷ Seria um bom exercício manter uma lista actualizada do dinheiro que o Estado (e não só !) poderia poupar com um pouco mais de comedimento e respeito pelo cidadão-contribuinte mais pobre da União Europeia mas que, em compensação, paga os impostos percentualmente mais altos. O último escândalo, censurado fora e dentro das hostes do partido do governo, foi, por exemplo, o daquele funcionário público contratado pela ministra Ferreira Leite a ganhar mais do que 64 (sessenta e quatro) ordenados mínimos por mês (não contando com os arredondamentos da praxe...). Será que o *fenómeno* possui mesmo o tal ovelheiro que põe ovos de ouro ? E que dizer, outro exemplo extraído dos *media*, dos 600.000 euros gastos pela Câmara Municipal de Lisboa, presidida por Santana Lopes, em automóveis para substituir os anteriores, que já estavam velhos pois tinham 3 anos ?!